

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:

The Green Book: o conteúdo nacionalista nos manuais de conduta do IRA

Aluno: Marcus Vinícius de Souza Bonugli

Orientadora: Profa. Carla Brandalise

Porto Alegre, 29 de Novembro de 2008

Sumário

Introdução	4
1 . Green Book 1956	13
1.1 Dos objetivos e significados	15
1.2 Ordens gerais	21
2. “70’s”: Auto-afirmação e mergulho nos movimentos sociais	24
2.1 História e Cultura: inventando uma tradição	27
2.2 O mergulho nos movimentos sociais	29
2.3 O idioma nacional	31
2.4 O propósito final	32
3. Conclusão	34
4. Bibliografia	37
5. Anexos	39

Resumo:

Este trabalho tem o propósito de identificar e analisar conteúdos que possam, de alguma forma, expressar o nacionalismo contido em dois manuais de conduta do Exército Republicano Irlandês (IRA), entre os anos 1950 e 1970. E, a partir destes manuais, visualizar como a nação Irlandesa era concebida pelo IRA. Para a identificação do conteúdo nacionalista foram utilizados conceitos clássicos da “questão nacional”, de autores como Ernest Gellner e Benedict Anderson. Além da contextualização dos manuais, juntamente com o grupo a qual sua autoria é atribuída, nos seus respectivos recortes temporais e espaciais.

Introdução:

“DON’T TALK IN PUBLIC PLACES: YOU DON’T TELL YOUR FAMILY, FRIENDS, GIRLFRIENDS OR WORKMATES THAT YOU ARE A MEMBER OF THE I.R.A. DON’T EXPRESS VIEWS ABOUT MILITARY MATTERS, IN OTHER WORDS YOU SAY NOTHING to any person.¹”

Com essa singela recomendação tem início um dos documentos mais significativos dentro do Irish Republican Army (IRA)². Editado para ser um manual de conduta, de bolso, para os novos membros do IRA frente a ameaças constantes, prisões, interrogatórios, espionagens, e delações vindas de todos os lados. O *Green Book*³ demonstra que um comportamento muito discreto era o mínimo que se esperava de um voluntário⁴. Toda e qualquer ligação com movimentos republicanos deveria ser muito bem camuflada ou evitada, a fim de não chamar a atenção para si.

Duas edições distintas desse manual são conhecidas, a primeira data do ano de 1956 e a segunda da década de 1970. Elas diferem bastante em conteúdo, sendo a primeira edição aparentemente muito mais técnica que a segunda, mas esse será um assunto abordado mais adiante. É importante saber que a história do Exército Republicano Irlandês está cheia de reviravoltas, tendo em vista que a cada episódio relevante dentro da história irlandesa, o movimento tomava uma postura que, em geral, acabava ocasionando algum tipo de cisão.

Após a sua criação (1918), derivado do “Irish Volunteers⁵” (1913-1916), grupo armado que atuou no *easter rising*⁶, o IRA se engaja na luta pela independência irlandesa tendo sido extremamente ativo durante os anos de guerra (1919-1921). A relevância da participação do IRA nesse período é inegável. A pressão exercida sobre o

¹ Excerto do *Green Book* da década de 1970 retirado de COOGAN, Tim Pat. **The Ira**. New York: Palgrave, 2002. p.545 [NÃO FALE EM LOCAIS PÚBLICOS: VOCÊ NÃO CONTA PARA SUA FAMÍLIA, AMIGOS, NAMORADAS, OU COLEGAS DE TRABALHO QUE VOCÊ É UM MEMBRO DO I.R.A. NÃO EXPRESSA VISÕES SOBRE ASSUNTOS MILITARES, EM OUTRAS PALAVRAS VOCÊ NÃO FALA NADA para pessoa alguma.]

² Exército Republicano Irlandês

³ [Livro Verde] Nome atribuído ao manual de conduta do IRA. DILLON, Martin. **The Dirty War**. London: Arrow, 1990. p.482

⁴ No manual, os membros do IRA são tratados por “volunteers” [voluntários].

⁵ [Voluntários Irlandeses]

⁶ “Levante da páscoa” ocorrido em 1916, quando organizações nacionalistas da Irlanda tomaram as ruas em Dublin, chegando a declarar independência. O levante foi contido em menos de uma semana pelas tropas inglesas, vários participantes foram aprisionados e todos os signatários da declaração de independência foram mortos. ENGLISH, R. **Armed Struggle: The history of the IRA**. New York: Oxford, 2003. p. 3 - 13

governo inglês através das emboscadas, atentados a quartéis e todas as representações da autoridade inglesa em solo irlandês, combinadas com a oposição política exercida por partidos como o Sinn Féin⁷, acabaram culminando na assinatura do tratado anglo-irlandês de 1921. E, é logo após a assinatura deste tratado que temos a primeira cisão.

Os termos do tratado anglo-irlandês dividiam a Irlanda em dois territórios. Seis condados do norte, pertencentes ao Ulster, ficariam sob domínio inglês, enquanto o restante do território “The Irish Free State⁸” ficaria como uma região autônoma, mas ainda aliada à Inglaterra. Tanto essa aliança com a Inglaterra quanto a separação do território desagradaram as lideranças do Exército Republicano. Este, por sua vez, se justificando através da autoridade do último Parlamento irlandês (Dáil) eleito, resolve manter as ações bélicas, a fim de repudiar o tratado e exigir uma independência total da Irlanda. Mas, desta vez, o inimigo não seria estrangeiro, pois os responsáveis pela “ordem” de hoje, eram os amigos de ontem. Entre os signatários do tratado tínhamos, inclusive, lideranças do IRA.

Tem-se início uma série de confrontos que ficaria conhecida como a guerra civil irlandesa, onde o IRA acaba sendo derrotado e tendo muitas de suas lideranças executadas após o restabelecimento da “ordem”. Com o final destes confrontos, aparentemente, governo e exército republicano não entrarão mais em acordo. Algumas atitudes do governo apenas trarão períodos de calmaria nas ações do IRA, mas as feridas abertas após a primeira discordância permanecerão por décadas.

Os anos de 1930 são marcados pela ascensão do partido Fianna Fáil (sob a bandeira do republicanismo), com a presidência de Eamon de Valera, que assume também a presidência do “Írish Free State”. De Valera e muitos membros importantes da base de seu partido fizeram parte do IRA e mesmo assim os choques ideológicos com o Exército Republicano ficam evidentes. O IRA começa a pender para uma postura mais socialista calcada nas figuras de Peadar O’Donnell e David Fitzgerald através do “Saor Éire” (Irlanda Livre). A idéia desse novo grupo liderado por O’Donnell era implantar “uma liderança revolucionária para as classes trabalhadoras e trabalhadores do campo no sentido de acabar com o imperialismo britânico e seu aliado, o capitalismo irlandês.⁹” O grupo chega a implantar um sistema de gerenciamento dos recursos e da

⁷ Partido Irlandês ligado ao *easter rising*, Nacionalista de esquerda. ENGLISH, R. op cit. p.11

⁸ [O Estado Livre Irlandês]

⁹ “achieve an independent revolutionary leadership for the working class and working farmers towards the overthrow of British imperialism and its ally, Irish capitalism” Saor Eire constitutions and rules. In: ENGLISH, R. op. cit. p.49. [ativar uma liderança revolucionária independente para as classes

produção dos fazendeiros através de distribuição e trocas, visando equilibrar os recursos, o que evidencia o caráter socialista. Mas logo a Igreja e os movimentos jovens encampam a idéia e o IRA acaba se afastando definitivamente deste projeto. De qualquer forma não abandona suas tendências de esquerda, enquanto que De Valera assume uma postura de relativa neutralidade, mas condenando ações do IRA no norte, sendo esse o maior ponto de atrito entre seu governo e as lideranças do Exército Republicano Irlandês¹⁰.

Na década de 1930 o IRA enfrenta uma série de dificuldades de ordem financeira, tendo munições e armamentos escassos. Enquanto isso, na área de Belfast quase três quartos de seus membros se encontravam desempregados. Outro grande problema estava no comportamento dos membros em interrogatórios. Ficava evidente que, pressionados, os novos membros acabavam liberando informações sigilosas à polícia. Assim, cada vez mais a violência interna era usada para tentar gerar medo entre os delatores e qualquer um que mantivesse algum vínculo com forças britânicas, o que fez do período entre-guerras um momento extremamente violento na história da Irlanda. Em 1936 os estranhamentos com o governo de De Valera chegam ao seu ápice, quando líderes do IRA são presos numa demonstração de monopólio da força pelo Estado. Um grupo para-militar não teria lugar em um Estado constituído.

O período de 1939 até 1945 se mostra bastante controverso na história do IRA. Após uma declaração de que “Inimigo da Inglaterra é aliado da Irlanda¹¹”, feita no ano de 1940, o Exército Republicano Irlandês se coloca em uma posição complicada frente ao resto do mundo em sua briga contra a Inglaterra. Esta nova aliança com a Alemanha, sendo que na Primeira Guerra outra já havia acontecido e sob os mesmos argumentos, é uma das maiores críticas que o IRA recebe até hoje, principalmente vinda de famílias de vítimas. Este é sem dúvida o calcanhar de Aquiles do grupo quando opositores tentam deslegitimar sua luta. Neste período, De Valera havia declarado a Irlanda um território neutro no conflito, ao mesmo tempo deixa aos cuidados da Inglaterra a defesa do território por ar e mar. Por sua vez, o IRA, a fim de minar a relação com Londres e

trabalhadoras e trabalhadores do campo, em direção à derrocada do imperialismo Britânico e seu aliado, o capitalismo Irlandês.]

¹⁰ ENGLISH, R. op. Cit. p 52 – 54.

¹¹ “Today England is locked in a life and death struggle with Germany and Italy. From what quarter shall the government of the Irish Republic seek for aid. The lesson of history is plain. England’s enemy is Ireland ally” The IRA’s War News, 16 November 1940. In ENGLISH, R. op. cit. p.53. [Hoje a Inglaterra está presa a um conflito de vida ou morte com Alemanha e Itália. De qual lado o governo da República Irlandesa deve procurar ajuda. A lição da história é plena. Inimigo da Inglaterra é aliado da Irlanda.]

favorecer ataques aos ingleses, por parte dos alemães, entra em um esquema de cooperação com este país, através da troca de informações, técnicas de espionagem e sabotagem. Membros do alto escalão do IRA fazem diversas viagens à Alemanha a fim de dar treinamento para os alemães, enquanto agentes alemães aportam na Irlanda para estabelecer uma rede de contatos. Um ponto bastante contraditório nessa relação é o fato de muitos voluntários do IRA terem sido voluntários na Guerra Civil Espanhola, lutando nas brigadas internacionais contra o fascismo. Alguns membros, depois de presos pelos espanhóis governistas – também aliados dos alemães –, acabavam sendo transferidos para prisões na Alemanha e gozando de privilégios devido à aliança entre o IRA e este país. Mas essa aliança acabou enfraquecendo-se bastante, antes ainda do final da guerra, quando após a prisão de um agente alemão, que desembarcava em praias irlandesas, este libera informações detalhadas sobre os contatos estabelecidos entre os nazistas e o Exército Republicano.

Seguindo a década de 1940 temos uma fase de grande atividade do Exército Republicano Irlandês e, conseqüentemente, um grande número de prisões e execuções de voluntários. As ações eram cada vez mais ousadas, voluntários chegavam a assaltar quartéis usando bicicletas, à luz do dia, rendiam todos os guardas e recolhiam o máximo em provisões que conseguissem, ações essas que são descritas por Richard English¹² como cenas clássicas de um “filme B”. Mas, ao mesmo tempo, a quantidade de voluntários capturados era cada vez maior, e com isso a paranóia da espionagem também aumentava. O ápice dessa paranóia se deu com a prisão de Stephen Hayes, então chefe do comando do IRA, pelos seus próprios subordinados. Havia suspeitas de que Hayes estaria entregando informações confidenciais sobre ações do IRA para a polícia. Como a grande maioria das ações frustradas, que levaram a prisões de voluntários, foram organizadas pelo chefe do comando as suspeitas acabaram recaindo sobre ele. Após um período de investigações Hayes foi preso, interrogado, levado à corte marcial e condenado a morte por traição. Mas, em uma manobra penelopesca¹³, este conseguiu adiar sua execução até ter um bom momento para escapar e comunicar a polícia sobre seu cativo. Hayes, que era veterano da guerra de independência, definiu a corte marcial formada, por seus jovens subordinados, como um misto de gangue de

¹² ENGLISH, R. op. Cit. p. 54

¹³ Foi dado o direito de Hayes escrever uma confissão, onde explicaria seus motivos e se retrataria com o povo irlandês, mas esse adiou ao máximo a conclusão de tal confissão, possibilidade que lhe era concedida devido ao respeito que tinha por parte dos seus algozes. Sendo assim, Hayes só seria executado quando achasse que a confissão estava definitivamente pronta. ENGLISH, R. op. Cit. p.56

garotos de colégio e *gangsters* estadunidenses. Stephen Hayes morre em 1974 sustentando sua inocência.

Mesmo após o episódio com Hayes as prisões continuavam, com elas os interrogatórios e conseqüentemente as delações, o que pedia alguma ação mais concreta para combater esse problema. No início de uma das mais longas campanhas do IRA, que ficou conhecida como *the border campaign*¹⁴, onde o Exército Republicano tentava enfraquecer as fronteiras com a Irlanda do Norte concentrando suas ações nesta região, surge um documento que se tornaria o livro de bolso dos voluntários. Este livro ficou conhecido como *The Green Book*. Mais que um manual de conduta ele continha os estatutos e a estrutura de uma corte marcial, deixando todo voluntário a par do que aconteceria caso deixasse vaziar informações. Se isso deu resultado? Essa é uma das questões a que esse trabalho se propõe a analisar, juntamente com o conteúdo nacionalista deste manual. Muito além de um simples manual ele continha os ideais do IRA, e o que podem ser consideradas formas de expressão do nacionalismo por parte desse. A comoção dos membros através de modelos a serem seguidos, ícones do nacionalismo republicano mencionados no *Green Book*, pode ter sido um fator importante na conduta dos voluntários. Quanto à campanha de fronteira, é encerrada em 1962 por não atingir seus objetivos.

Os anos de 1960 são marcados por outra guinada nos objetivos principais do IRA, desta vez a mudança é um pouco mais significativa. As perseguições aos católicos na Irlanda do Norte, o alto nível de desemprego entre estes, e a exploração dos trabalhadores – operários e pequenos agricultores, em sua maioria católicos – acabam levando a ala mais à esquerda a se posicionar de maneira efetiva na luta pelos direitos civis. Os alvos desta vez eram os unionistas, vistos como fomentadores dessa condição inferior a que os trabalhadores estavam sendo colocados, e a tradicional inimiga Inglaterra, que ainda exercia influência na República da Irlanda e principalmente na Irlanda do Norte. Para as novas lideranças, tidas como esquerdistas, somente através da união dos 32(trinta e dois) condados, o que incluiria os 06(seis) condados nortistas sob controle inglês, em uma república onde os irlandeses fossem donos do seu próprio destino, a plenitude dos direitos civis seria alcançada. Para tal, o IRA acaba se aliando a vários grupos de esquerda e participando ativamente de protestos e ações em favor dos direitos civis, e da integração entre católicos e protestantes. Tais movimentos despertam

¹⁴ [a campanha de fronteira]

a atenção dos unionistas que acabam se mostrando os maiores adversários nessa empreitada, chegando a reativar a *Ulster Volunteer Force*(UVF)¹⁵. A UVF promove uma leva de assassinatos no ano de 1966, eliminando três líderes do movimento pelos direitos civis. A cada protesto ou ato pelos direitos civis a repressão aumentava, chegando ao seu ápice em outubro de 1969 quando uma série de atos realizados no condado de Derry foram brutalmente reprimidos pelas forças do *Royal Ulster Constabulary*(RUC)¹⁶. Derry estava se tornando um gueto e como tal, precisava de uma solução específica para acalmar os ânimos. Mas, segundo Richard English¹⁷, essa solução não foi encontrada. Sendo assim, o ano de 1969 testemunhou o início dos problemas mais sangrentos e o nascimento do mais letal deles, o *Provisional IRA*(PIRA)¹⁸. A violência só fez aumentar nos meses que se seguiram, mas os *provisionals*¹⁹ só começam a crescer realmente após um dos mais sangrentos massacres ocorridos na Irlanda do Norte. Em 30 de janeiro de 1972 uma marcha da NICRA (*Norther Ireland Civil Rights Association*²⁰) foi brutalmente reprimida por uma tropa de pára-quedistas do exército britânico, 26 manifestantes foram mortos. Jornalistas e participantes que testemunharam o confronto foram unânimes em afirmar que todos estavam desarmados. Cinco deles foram atingidos por tiros pelas costas enquanto fugiam dos carros do exército. Esse massacre, lembrado até os dias de hoje, ficou conhecido como *Bloody Sunday*, e foi o catalizador para os alistamentos no PIRA.

É nesse contexto que surge o nosso segundo objeto de pesquisa, uma segunda versão do *Green Book*, bastante diferente da primeira, e tendo como foco essa nova leva de voluntários que aparece após o *Bloody Sunday*. Uma análise acerca dessa outra edição do *Green Book* aponta algumas diferenças de postura e conduta do IRA após os quase 20 anos entre as duas edições. E, essas diferenças já eram esperadas ao levarmos em conta que esse material refletiria os anseios da sua época.

Parece que uma questão ainda permanece após essa breve apresentação. Por que escolher esses manuais para analisar uma expressão do nacionalismo?

Ao estudar textos teóricos acerca do nacionalismo, muitas vezes, é possível se perguntar se as idéias ali expostas são aplicáveis. Muitos dos modelos e exemplos

¹⁵ A *Ulster Volunteers Force* [Força de Voluntários do Ulster] aparece pela primeira vez no ano de 1913, como o braço armado dos *unionists*. ENGLISH, R. op. Cit. p. 9 - 10

¹⁶[Real Corpo de Polícia do Ulster] Força de polícia da Irlanda do Norte de 1922 até 2001.

<http://www.royalulsterconstabulary.org/> acessado em 19 de novembro de 2008 às 01:13

¹⁷ ENGLISH, R. op. Cit. p 100 - 101

¹⁸ [Exército Republicano Irlandês Provisório]

¹⁹ [Provisórios] Forma utilizada pelo próprio PIRA para se auto-nominar.

²⁰ [Associação para os Direitos Civis da Irlanda do Norte]

utilizados parecem estar em um plano, por muitas vezes abstrato. A própria nação é colocada nesses termos por Anderson quando a define como uma “comunidade politicamente imaginada²¹”. Este autor baseia a nação em um sentimento de comunhão, tal sentimento apareceria apesar de “mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontraram, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros”. Essa comunhão é algo que definitivamente não tem como ser medido, percebido talvez, mas mesmo assim carece de maior concretude. Para Anderson existem três paradoxos que deixam os teóricos do nacionalismo perplexos:

(1) A modernidade objetiva das nações aos olhos do historiador *versus* a sua antiguidade subjetiva aos olhos dos nacionalistas. (2) A universalidade formal da nacionalidade como conceito sociocultural – no mundo moderno, todos podem, devem e hão de “ter” uma nacionalidade, assim como “têm” este ou aquele sexo – *versus* a particularidade irremediável das suas manifestações concretas, de modo que a nacionalidade “grega” é, por definição, *sui generis*. (3) O poder “político” dos nacionalismos *versus* a sua pobreza e até a sua incoerência filosófica.

Todos esses aspectos foram percebidos ao se ler os manuais, e essa tal perplexidade acaba surgindo frente às dificuldades de se explicar tais paradoxos. À medida que nos aprofundamos no conteúdo dos manuais essa antiguidade da nação emerge como uma justificativa recorrente para legitimar as ações do IRA e, ao levarmos em conta os argumentos utilizados fica fácil perceber o quão vazios de evidências, dessa tal antiguidade, eles são. Bem como o quão difícil seria encontrar traços dessa “nação” antiga dentro de uma sociedade já tão modificada pelas influências externas, tanto dos dominadores, quanto de outros povos, como os escoceses, que, de certo modo, colonizaram seu território ao longo dos séculos. Considerando-se que a ilha irlandesa sofre com invasões, primeiramente por povos vindos da Escandinávia, desde o ano 800 fica difícil imaginar uma homogeneidade no povo que habita seu território. Até mesmo os patrnimos O’ e Mac, respectivamente referentes a neto e filho, tão característicos

²¹ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32

dos irlandeses são na verdade oriundos de um período de dominação escandinava²². Às invasões escandinavas seguiram-se as normandas (partindo do séc. XI) e finalmente domínio britânico pelo Rei Henrique II (1177), através de uma bula papal²³. O que só vem a acrescentar para a dificuldade de se pensar a Irlanda como uma nação imemorial e homogênea. Ao seguir com os paradoxos apontados por Anderson a universalidade da nacionalidade como conceito sociocultural *versus* a especificidade das suas manifestações concretas parece ser o mais intrigante de todos. Sendo o nacionalismo um conceito altamente difundido, seria de se esperar que ele fosse constituído de um modelo único ou de modelos fechados que facilitassem a sua aplicação. Mas, como Eric Hobsbawm²⁴ chega a afirmar esse é um conceito mutável. Considerando apenas a Irlanda do Norte, Richard Jenkins²⁵ aponta ao menos dois nacionalismos distintos em atuação. Estes teriam emergido de duas tradições políticas distintas, uma constitucional gradual e outra republicana. Enquanto Karen Stanbridge²⁶, ao ampliar a questão para o conflito anglo-irlandês é capaz de enxergar três formas de nacionalismo dentro da Irlanda uma partindo dos republicanos, outra dos unionistas e uma terceira que viria da Inglaterra. Aqui já temos apontadas cinco formas distintas de nacionalismo, cada uma com suas especificidades o que tornaria inviável a aplicação de um modelo único para todos. Quanto ao terceiro paradoxo, onde Anderson coloca o poder político dos nacionalismos *versus* sua incoerência filosófica, a explicação do próprio Anderson é bastante ilustrativa. Este afirma que “o nacionalismo, ao contrário da maioria dos outros “ismos”, nunca gerou grandes pensadores próprios [...]”. Tal afirmação mesmo parecendo um pouco radical, certamente se mostra verdadeira, ao menos quando verificada em relação ao objeto de estudo desse trabalho. Esses manuais acabam recheados de frases subjetivas informações bastante vazias e frases de efeito que só fariam sentido para um leitor pré-disposto a absorvê-las como uma verdade.

Anderson ainda ressalta que existe uma tendência de se hipostasiar a existência do nacionalismo e classificá-lo como uma ideologia. Algo recorrente em estudos que

²² CURTIS, Edmund. **The Irish History**. 1922. Disponível em <<http://www.archive.org/details/historyofireland027193mbp>> Acessado em 17 nov. 2008. p.47

²³ Idem, p. 69

²⁴ HOBBSAWM, Eric, J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.18

²⁵ JENKINS, R. Nations and nationalisms: towards more open models. In: **Nations and Nationalism**, Sheffield, v.1, n.3, p. 369-390, 1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1354-5078.1995.00369.x> Acesso em 19 set. 2008. p.379

²⁶ STANBRIDGE, Karen, Nationalism, international factors and the ‘Irish question’ in the era of the First World War. **Nations and Nationalism**, Sheffield, v.11, n.1, p. 21-42, 2005.

abordam o Exército Republicano Irlandês. De acordo com isso Hobsbawm²⁷ aponta que, hoje, o termo nacionalismo seria usado de forma muito ampla, o que descarregaria esse de seu significado. Basta observar reportagens de jornais ou tele-jornais para se perceber a larga utilização do termo totalmente desvinculado de seu conceito. Mas não é preciso sair do nosso campo de estudos para verificar algo parecido. Indo de acordo com a afirmação de Anderson sobre a hipostasia do nacionalismo, várias das obras, utilizadas nesse trabalho, a respeito da história do IRA atribuem um caráter nacionalista ao grupo sem nenhuma justificativa. Aparentemente partem de um pressuposto de que esse seria intrinsecamente nacionalista, sem apresentar nenhuma explicação prévia.

A subjetividade de tais conceitos, os antagonismos contidos nos paradoxos apontados por Anderson, além dessa utilização descuidada dos termos, são alguns dos motivos que tornam a questão nacional, por vezes, carente de palpabilidade para sua compreensão. A partir dessa necessidade de palpabilidade surge a oportunidade de testar a percepção dessas teorias, até então, bastante imateriais em um modelo ainda em aberto, que seriam os manuais de conduta do IRA. No presente momento existe apenas um único “estudo”, bastante superficial, feito sobre esse material e, passa muito longe dos aspectos nacionalistas contidos neste. De tal forma a análise dos manuais, proposta no presente trabalho, almeja visualizar como o IRA concebia a “nação” irlandesa. Para tal partiremos da identificação de conteúdos que expressem práticas nacionalistas nos manuais. A fim de identificar tais práticas faremos uso de Hobsbawm e Gellner, os quais apontam alguns elementos que poderiam incorrer em fomento ao nacionalismo tais como língua, ícones culturais, busca por uma justificativa histórica, etc. Muitos dos exemplos utilizados, para ilustrar tais elementos, por Anderson e Gellner acabam mostrando-se de difícil interpretação para um ocidental, sendo que os dois tem especialidades mais voltadas para o leste. Este fator torna a visualização do conceito de nação, unindo os fragmentos que compõem o nacionalismo, um tanto quanto complicada. Com este trabalho almeja-se, então, oportunizar a percepção das concepções de nação e nacionalismo a partir do exemplo do IRA. Exemplo esse mais próximo do ocidente e, de certa forma, de mais fácil visualização.

²⁷ HOBSBAWM, Eric, J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.18

Green Book 1956

“CONSTITUTION OF OGLAIGH NA hEIREANN²⁸”

O que vem a ser “**OGLAIGH NA hEIREANN**”? Essa pergunta nos é respondida na segunda linha “1. *Title: The Army shall be known as Oglaiġh na hEireann*²⁹”. É com essa frase que tem início o Green Book de 1956 e, é por esse nome que serão feitas as referências ao Exército Republicano Irlandês até o final do manual. Pois bem, sabemos que esse é o nome do Exército³⁰, mas o que ele vem a significar?

Para responder essa pergunta teremos que retomar um pouco da história irlandesa. Para os que pensam que o inglês sempre esteve presente na Irlanda, isso pode ser uma novidade, mas antes dele um idioma nativo, o irlandês, também conhecido como “gaélico irlandês”, era a língua utilizada. Segundo Perry Anderson³¹, a Irlanda passou por um florescimento literário entre os séculos VII e IX, enquanto o resto da Europa se encontrava na “Idade das Trevas”. Mas a partir do século IX ocorreram sucessivos ataques escandinavos em seu território, o que acabou interrompendo esse desenvolvimento literário e, fazendo surgir no interior de seu território uma “autoridade monárquica central” a fim de expulsar o perigo nórdico. Ao final do século XII, Henrique II, da Inglaterra, recebe do papado o controle do território Irlandês, que passa a sofrer ocupações de barões anglo-normandos. Mas é somente no reinado de Henrique VIII que a Inglaterra volta sua atenção para a ilha vizinha. Este Rei centraliza seu controle no território de *Pale* próximo a Dublin, e no ano de 1540, após ter conseguido desarticular o parlamento dos duques irlandeses assume o título de Rei da Irlanda. É durante seu reinado e, após a desarticulação do parlamento de duques da Irlanda que as leis e o idioma irlandeses são proibidos. Mas ao final do seu reinado Henrique VII possuía apenas dois condados fora do *Pale*. No reinado de Elizabeth I é que essa dominação se faz mais efetiva. A rainha virgem chega a apelar para o auxílio do papado e da Espanha a fim de obter controle total sobre a ilha vizinha. E depois de uma guerra de nove anos finalmente a Irlanda se achava militarmente anexada à Inglaterra. Só assim o inglês acaba predominando sobre o irlandês gaélico. Pois bem, *Oglaiġh na hEireann*,

²⁸ The Green Book in: DILLON, Martin. **The Dirty War**. London: Arrow, 1990. p.482

²⁹ Idem. [1. Título: O Exército deve ser conhecido como Oglaiġh na hEireann]

³⁰ Em respeito à forma como está escrito no manual “Army”, sempre com a inicial maiúscula, mantenho a tradução do termo também neste padrão. Esta denominação Oglaiġh na hEireann, é usada até os dias de hoje pelo exército Irlandês. Fonte: <http://www.military.ie>

³¹ ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 129-130

é uma expressão em Irlandês, que significa, literalmente, Voluntários Irlandeses (*Irish Volunteers*), mas pode ser facilmente interpretada como Soldados Irlandeses.

Ao final do século XIX e início do XX tivemos várias tentativas de ressuscitamento do idioma Irlandês. A Liga Gaélica, surgida em 1893, se destaca nessas tentativas, juntamente com o surgimento de uma literatura irlandesa de muita expressividade. O objetivo maior é apontado por Declan Kiberd como um Renascimento Irlandês³², um período de grande produção cultural exaltando a Irlanda e inventando para esta uma imagem, tanto interna, como os irlandeses deveriam se ver, quanto externa, como estes deveriam ser vistos pelos estrangeiros. Ponto aparentemente bem sucedido quando lembramos de W.B. Yeats, James Joyce e Oscar Wilde. Estes três autores alcançaram não somente o reconhecimento na Irlanda, mas ao mesmo tempo na Inglaterra e por toda a Europa. Mas a idéia de como esse renascimento deveria acontecer estava longe de ser um consenso entre os intelectuais dublinenses. Kiberd aponta que “para Wilde, o que permitiria reconstruir uma cultura irlandesa moderna seria, em grande parte, o contato com a arte de outros países. Somente quando uma grande quantidade de irlandeses falasse e escrevesse em inglês (e, quiçá, em francês e em alemão) emergiria uma cultura nacional bem feita”³³. Porém o mesmo Kiberd afirma que nem todos concordavam com isso, segundo alguns céticos o renascimento havia ocorrido porque, ao final do século havia em Dublin umas cinco ou seis pessoas (intelectuais) que se odiavam cordialmente. Mesmo assim essas discordâncias acabaram gerando grande mudança, Kiberd chega a afirmar que nenhuma geração viveu a nacionalidade de forma tão consciente ou deixou um legado tão inspirador, quanto essa dos finais do século XIX. Quanto ao idioma irlandês, o máximo alcançado foi a manutenção deste, falado usualmente, em pequenas comunidades no interior da Irlanda, enquanto a predominância do Inglês se manteve. Ao que tudo indica muitas expressões em Irlandês permaneceram no cotidiano dos habitantes da Irlanda. Porém, de acordo com Hilary Tovey³⁴, desde a fundação do Estado em 1922, o Irlandês tem sido a língua nativa de uma pequena minoria mesmo sendo considerada língua nacional, ao passo que esta é uma das duas línguas oficiais da Irlanda, juntamente com o Inglês, e sua sobrevivência e expansão são, hoje, reconhecidamente objetivos nacionais.

³² KIBERD, Declan. La invención de Irlanda. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2006, p.7

³³ Idem. p. 6

³⁴ TOVEY, Hilary. The state and the Irish language: the role of Bord na Gaeilge, *International Journal of the Sociology of Language* vol. 70, 1988, p.53.

Algo que salta aos olhos é o fato de todo o manual estar escrito em inglês e apenas o título dado ao exército aparecer em irlandês. Hobsbawm aponta a grande influência de *slogans* nacionais no final do século XIX³⁵, considerando que desde esse período o nome oficial do IRA é *Oglaigh na hEireann*, e este, como já dito anteriormente, surgido a partir dos Voluntários Irlandeses (*Irish Volunteers*) o Exército Republicano certamente seguia o pensamento corrente, onde o *slogan* certo agiria diretamente na comoção do povo. De certa forma, o nome do Exército, em irlandês somado ao fato de remeter ao grupo anterior, *Irish Volunteers*, carrega a expressão de significado. Acrescenta-se a isso o fato de que neste período, sob influência principal da Liga Gaélica, o idioma nativo irlandês era visto como um símbolo de identidade irlandesa. Então, a adoção de um nome em Irlandês para um grupo que se afirmava como força militar representativa do povo irlandês parece ser muito natural. Desta forma, o nome *Oglaigh na hEireann* aparece como a afirmação de “irlandidade” (*irishness*) para o IRA. Isto se confirma na afirmação de Tovey onde, para a autora, nos anos de “1950 ‘irishness’ poderia ser definido em atributos étnicos – lealdade à religião e língua, família e lugar”³⁶. A afirmação do título em irlandês definiria o grupo como pertencente à Irlanda, ainda mais quando comparamos o nome em idioma nativo com os nomes de outros “braços armados” ou “autoridades armadas” no território da Irlanda e Irlanda do Norte. Todos, com exceção da força policial da República da Irlanda, *Garda Síochána* (Os Guardiões da Paz)³⁷, tinham seus nomes em inglês e, ou representavam interesses ligados à Inglaterra, no caso das autoridades da Irlanda do Norte, ou representavam interesses pró-tratado, no caso das autoridades da República da Irlanda. Sendo assim o propósito de representar a “irlandidade” viria através do uso do Irlandês como ícone, enquanto o *slogan* estaria no significado adquirido pelas expressões utilizadas nesse idioma.

1.1 Dos objetivos e significados:

Este primeiro excerto do manual, onde o nome em Irlandês é utilizado, introduz a constituição do Exército Republicano Irlandês, tendo em sua estrutura primeiramente os critérios para pertencimento ao grupo. Dentre estes, o que mais chama a atenção diz

³⁵ HOBBSAWM, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p133.

³⁶ “In the 1950’s ‘Irishness’ could still be defined in terms of ethnic givens – loyalty to religion and language, family and place.” TOVEY. Op Cit. p.55

³⁷ <http://www.garda.ie/>

respeito à não participação em *Stormont* ou *Westminster*, fazendo alusão aos parlamentos da Irlanda do Norte e Inglaterra respectivamente, ou qualquer outro parlamento subserviente. Deixa-se claro que o IRA não reconhece nenhum destes como autoridades legítimas. Segue então uma lista de objetivos.

3. Objects:

- 1 To guard the honour and uphold the sovereignty and unity of the Republic of Ireland.
- 2 To support the establishment of an Irish Socialist Republic based on the 1916 Proclamation.
- 3 To support the establishment of, and uphold, a lawful government in sole and absolute control of the Republic.
- 4 To secure and defend civil and religious liberties and equal rights and equal opportunities for all citizens.
- 5 To promote the revival of the Irish language as the everyday language of the people.³⁸

Objetivo de número um: “guardar a honra e sustentar a soberania e unidade da República da Irlanda”. Somando isso ao seu ponto respectivo no tópico *means*³⁹, que seria, “organizar *Oglaigh na hEireann* para a vitória”, não se vê muita eficiência para algo que se propõe a ser um manual de conduta, um *handbook*. Esse é só um dos exemplos de quão vazio de embasamento, como já mencionado na introdução deste trabalho, está o texto do manual. Desta forma voltamos aos *slogans* de Hobsbawm e, à importância destes para a comoção popular, a fim tentar construir um raciocínio. Voluntário é povo e como tal, para se ver como parte da nação. O *slogan* nada mais é do que uma frase de efeito, fácil de ser lembrada, e causadora de algum tipo de impacto. Então, recapitulando o momento de criação deste Green Book, remontamos à *border campaign*. Durante essa campanha de fronteira prisões ocasionadas por delações – ou para suavizar um pouco o termo “liberação de informações mediante interrogatório” –, levaram à utilização do manual para tentar prevenir o vazamento de informações e

³⁸ The Green Book in: DILLON, Martin. **The Dirty War**. London: Arrow, 1990. p.482

[3. Objetivos.

1. Guardar a honra e sustentar a soberania e unidade da República da Irlanda.
2. Dar suporte ao estabelecimento de uma República Socialista Irlandesa baseada na Proclamação de 1916.
3. Dar suporte ao estabelecimento de, e sustentar, um governo legal em único e absoluto controle da República.
4. Assegurar e defender liberdades civil e religiosa e direitos iguais e oportunidades iguais para todos os cidadãos.
5. Promover o renascimento da língua Irlandesa como a língua do dia-a-dia das pessoas.]

³⁹ Após o tópico de número três, “**Objetivos**”, o manual segue com o tópico intitulado “*means*”, ou seja “**significados**”, onde estariam contidos os significados correspondentes aos objetivos antes mencionados.

diminuir as prisões de voluntários. Sendo assim um voluntário que tivesse claramente a idéia de que estaria “guardando a honra e mantendo a soberania e unidade de sua nação” provavelmente pensaria duas vezes antes de liberar informações, é claro se este estivesse realmente alinhado com os “objetivos” do *Oglaigh na hEireann*. Segundo Gellner, “o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra”⁴⁰. A demanda por soberania e unidade, toca justamente nesse ponto, onde temos a separação da Irlanda em duas partes e dois governos. Tais governos não compactuam com a visão do IRA de uma nação unida e soberana, com os 32 condados, sendo o governo da Irlanda do Norte subserviente à Inglaterra e o governo da república da Irlanda aberto a negociações com o antigo invasor. Porém a ação política na República da Irlanda por parte de grupos ligados ao IRA, como o Sinn Féin, demonstra que ainda era percebida certa legitimidade no parlamento Irlandês pelo comando do Exército Republicano. Prova disto é o fato de o manual não vetar a participação de membros de tal parlamento no IRA. Enquanto, como já dito antes, a participação de membros do parlamento da Inglaterra e Irlanda do Norte estava proibida. Percebe-se, assim, que essa união almejada, condados da República mais condados da Irlanda do Norte, teria como base a República da Irlanda. Isso ficará mais evidente ainda quando abordarmos algumas das ordens contidas no manual.

O objetivo seguinte evoca um período histórico tido, por muitos, como o catalisador da guerra de independência, o levante de 1916. Desta forma o objetivo de numero dois: “dar suporte ao estabelecimento de uma República Socialista Irlandesa baseada na Proclamação de 1916⁴¹”; se mostra como uma busca de legitimação no passado. Entretanto a proclamação de independência feita no *easter rising* em nenhum momento toca na palavra socialismo. É uma declaração curta, de apenas uma página, que clama sim pela soberania e unidade, além de liberdade civil e religiosa, e direitos e oportunidades iguais para todos os cidadãos, mas isso não necessariamente é socialismo. Pode-se perceber aqui a apropriação dos objetivos da proclamação e uma readaptação para um cenário pós-Segunda Guerra, quando o modelo idealizado de nação igualitária estava, para muitos, nas repúblicas socialistas. Sendo assim, mais uma vez, temos a utilização de algo que poderia ser considerado um *slogan* auxiliando na comoção popular através de uma idéia recorrente no período. A menção da

⁴⁰ GELLNER, Ernest. Nações e Nacionalismo. Lisboa: Gradiva, 1993, p.11.

⁴¹ Vide ANEXO 1

“camaradagem”, trazida pelo IRA no tópico *means* referente à esse, aliada à menção do socialismo leva a pensar na “camaradagem horizontal”⁴² em que, como dito por Anderson, se constituem as nações. Para este autor, independentemente de desigualdades ou explorações efetivas existentes dentro da nação, esta seria concebida dentro de uma visão de uma visão de “camaradagem horizontal” onde o indivíduo pensar em seus companheiros, dentro da nação, os veria como iguais. Somado isto ao objetivo de implantação do socialismo na República Irlandesa, e toda a promessa de igualdade existente no significado desta forma de governo, haveria um reforço à horizontalidade em que essa nação é concebida. Anderson ainda afirma que tal sentimento de fraternidade tornou possível que milhões de pessoas tenham vindo “a morrer por essas criações imaginárias limitadas [nações].”⁴³

O objetivo de número três, “auxiliar o estabelecimento de, e sustentar, um governo único e legal em controle absoluto da República”, acaba se encaixando muito bem nas questões propostas por Ernest Gellner em seu capítulo sobre Estado e nação⁴⁴. Segundo Gellner o nacionalismo surge a partir de ressentimentos causados pela não correspondência entre a unidade política e a unidade nacional, ou pelo regozijo existente na plenitude dessa correspondência⁴⁵. No caso estudado aqui já está bem claro que o surgimento do nacionalismo reside no primeiro caso, onde unidade política e unidade nacional não se equivalem. Um governo único em controle absoluto da República certamente constituiria a unidade política, a princípio, sendo um governo legal, e ao que parece essa legalidade está calcada no reconhecimento do povo. Este governo representaria a unidade nacional, a unidade da nação, formando então a plenitude almejada pelo nacionalismo entre unidade nacional e unidade política. Porém, tal raciocínio está permeado de questões importantes para que ele se mostre verdadeiro, ou seria facilmente quebrado. A unidade depende da constituição de um Estado, pois ter unidade política sobre nada seria algo um tanto quando sem sentido. O Estado dependeria do estabelecimento de fronteiras. Fronteiras essas que deveriam representar a unidade nacional juntamente com a população que habitaria o território limitado por elas. Isso significa que os habitantes do território limitado por tais fronteiras, no caso as fronteiras do estado, deveriam se sentir parte desse território e concordar que este representa o território nacional, assim teríamos as fronteiras do Estado em acordo com

⁴² ANDERSON, B. op. cit. p.34

⁴³ Idem.

⁴⁴ GELLNER, E. op. cit. p.14

⁴⁵ GELLNER, E. op. cit. p.11

as fronteiras que residem no imaginário nacional. Tudo isso para concluir que, para o IRA, bem como para o nacionalismo, a “existência de unidades politicamente centralizadas, além de um clima político-moral em que tais unidades centralizadas são aceitas [...], constitui uma condição necessária [...]”.⁴⁶ Sendo assim o *Green Book* nos apresenta mais um ponto que se encaixa dentro dos objetivos do nacionalismo, ao menos dentro do que é proposto por Gellner.

O quarto objetivo mais uma vez remete ao *easter rising*, assim como o objetivo de número dois. Este parafraseia a declaração de independência da Irlanda, sem ao menos citar a fonte, ao objetivar “assegurar e proteger as liberdades civil e religiosa e direitos e oportunidades iguais para todos os cidadãos.” Consideramos então, o pensamento de Miroslav Hroch que dá conta de que “a ‘lembrança’ de algum passado comum, tratado como um ‘destino’ do grupo, ou, pelo menos, de seus componentes centrais⁴⁷” é um dos laços de consciência coletiva necessários para a nação. O resgate desse passado em comum, e a utilização do mesmo para comoção pelos nacionalistas, acaba, de certa forma, encaixando-se na questão dos *slogans* deixada em aberto por Hobsbawm, e já mencionada anteriormente. Para este, os *slogans* nacionais serviriam para comoção nacional. E, é na utilização de uma passagem da declaração de independência de 1916, sem necessidade de mencionar tal declaração, que reside a possibilidade deste fragmento ter se tornado um *slogan* nacional para os Irlandeses, ou, ao menos para a nação imaginada pelas lideranças do IRA. Essa percepção ocorre ao somar o objetivo do *Green Book* ao significado (“*means*”) deste “encorajar a resistência popular, a mobilização política e a ação política em suporte a esses objetivos”. Sendo assim, a promoção das “igualdades” almejadas pelo *oglaigh na hEireann* deveria partir não somente deles, mas de toda a população que teria de ser mobilizada para tal, comovida para tal.

Chegamos então ao quinto e último objetivo, que acaba retomando um ponto ressaltado no início deste capítulo, o idioma nacional. “Promover o renascimento da língua irlandesa como a língua diária do povo”, o que significaria “apoiar, diretamente pela Autoridade Militar, todas as organizações que trabalham pelos mesmos objetivos.” Isso só vem confirmar a importância dada pelo nacionalismo ao idioma nacional, excetuando-se todas as limitações do irlandês, ele ainda era requisitado como a língua

⁴⁶ GELLNER, E. op. cit., p.16

⁴⁷ HROCH, Miroslav. Do Movimento Nacional à Nação Plenamente Formada: o processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAN, Gopal(org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.86

mater da Irlanda, e necessitava ser usado como expressão da identidade nacional. Para Eric Hobsbawm, “todos os movimentos separatistas da Europa baseiam-se na ‘etnia’, lingüística ou não, isto é, na suposição de que ‘nós’ – os bascos, catalães [...] – somos um povo diferente dos espanhóis [...]; portanto não devemos viver com eles num mesmo estado.”⁴⁸ Declan Kiberd reforça esse pensamento em um dos primeiros capítulos de *La invención de Irlanda* quando afirma que, o irlandês é a antítese do inglês⁴⁹. Segundo Kiberd “

*A partir del siglo dieciséis, cuando Edmund Spencer recorría las plantaciones de Munster, los ingleses se han presentado al mundo como controlados, refinados y arraigados; y por eso les convenía que los irlandeses fueran exaltados, toscos y nómades, el fondo perfecto para resaltar sus propias virtudes.*⁵⁰

Este fragmento do texto de Kiberd só vem mostrar o quão longa é essa antítese étnica fomentada entre ingleses e irlandeses. Desta forma, no caso do IRA, o único ponto em que uma expressão clara da diferença “étnica” aparece é quando o tema do idioma é ressaltado, mesmo que esse não seja a língua do dia-a-dia, como almejado no manual, ainda é um ícone de “irlandidade”, diferenciando o inglês do irlandês.

Façamos um exercício de imaginação unindo os cinco pontos dos objetivos que constam nesse manual. O resultado seria algo como uma República, com um governo único e soberano, dotado de um idioma nativo, garantindo igualdade de direitos e liberdade política e religiosa para todos os seus cidadãos. Não podemos esquecer que esse governo também garantiria a “unidade” da República, neste caso, da Irlanda. Levando-se em conta que a pessoa que chega a essa conclusão é um cidadão dessa república, certamente ele a vê como uma nação. Sendo assim seria possível afirmar que temos aqui uma definição do que pode ser nação para o IRA. Levando em conta o período trabalhado, sabemos que grande parte dos Irlandeses do sul ainda almejavam a unificação da ilha, portanto, para esses, a República da Irlanda ainda não representava uma unidade. Podemos ressaltar as desigualdades existentes entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte, onde a imensa maioria dos católicos era relegada a

⁴⁸ HOBBSAWM, Eric J. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal(org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.272

⁴⁹ KIBERD, Declan. op cit. p.15

⁵⁰ Idem. [A partir do século dezesseis, quando Edmund Spencer recorria às plantações de Munster, os ingleses haviam se apresentado ao mundo como calmos, refinados, e arraigados; e por isso os convinha que os irlandeses fossem exaltados, toscos e nômades, o fundo perfeito para ressaltar suas próprias virtudes.]

segundo classe em se tratando de oportunidades de trabalho. Portanto formavam a parte mais pobre da população, além da grande maioria dos desempregados. Católicos esses, que em grande parte viam na união com a República vizinha, de maioria católica, uma oportunidade para mudarem essa situação. Deste modo temos dos dois lados da fronteira um cenário propício ao surgimento do nacionalismo, quando unidade política e unidade nacional não representam a mesma coisa. Assim as demandas apresentadas nos objetivos do *Green Book* juntamente com seus significados, quando contrastados com as teorias do nacionalismo, apresentam-se como uma demonstração clara da presença de nacionalismo neste manual. Bem como dão margem para iniciar a formação da imagem de nação almejada pelo IRA.

1.2 Ordens Gerais

Sendo o objetivo maior aqui a identificação do nacionalismo nos manuais, como um todo, se faz necessário adentrar em um ponto complicado do manual de 1956⁵¹. Algumas edições deste manual sofreram alterações entre os anos de 1987 e 1988 em três seções importantes e, bastante carregadas de elementos do nacionalismo. Estas seções são as seguintes:

- *OGLAIGH NA hEIREANN (IRISH REPUBLICAN ARMY) GENERAL HEADQUARTERS GENERAL ARMY ORDERS;*
- *CODE OF CONDUCT;*
- *Volunteer' Rights*

Segundo T. P. Coogan⁵² ao menos um dos 15(quinze) tópicos das ordens gerais permanece o mesmo desde a *border campaign*. Certamente isso ocorre com outros dentre esses quinze, mas sem uma edição do manual original de 1956, ou confirmação por algum autor que tenha estudado o mesmo, qualquer análise em cima desses outros tópicos poderia vir a se mostrar anacrônica. O recorte temporal escolhido aqui não atinge a década de 1980, algo que no contexto desse trabalho não faria muito sentido, sendo que teríamos uma mudança muito grande dentro da estrutura do IRA. Desta formas a pesquisa se restringirá a este ponto que permanece inalterado e não foge do recorte temporal pré-determinado.

⁵¹ A edição do manual que tive acesso, foi uma dessas a sofrer alterações, por tanto me restringirei a analisar apenas as passagens que tenho alguma comprovação de não terem sido alteradas.

⁵² COOGAN, Tim. P. **The IRA**. New York: Palgrave, 2000. p.369

Este ponto das ordens gerais, que permaneceu intacto, talvez seja o mais intrigante entre todos. Ele diz o seguinte:

General Order No. 8

1 Volunteers are strictly forbidden to take any military action against 26 County forces under any circumstances whatsoever. The importance of this order in the present circumstances especially in the borders areas cannot be over-emphasised.

2 Minimum arms shall be used in training in the 26 County area. In the event of a raid, every effort shall be made to get the arms away safely. In this fails, the arms shall be rendered useless and abandoned.

3 Maximum security precautions must be taken when training. Scouts must always be posted to warn of emergency. Volunteers arrested during the training or in possession of arms will point out that the arms were for use against the British forces of occupation only. This statement should be repeated at all subsequent Court proceedings.

4 At all times Volunteers must take it clear that the policy of the Army is to drive the British forces of occupation out of Ireland.⁵³

Podemos, então, notar com clareza quem eram os inimigos do *oglaigh na hEireann*, quando estes, através de suas ordens gerais, evidenciam que o uso das armas deveria ser contra as forças de ocupação inglesas, e que as armas não deveriam, ou deveriam o mínimo possível, ser usadas dentro dos 26 condados. Podemos notar também que nenhuma referência é feita à República da Irlanda, esta é tratada por “26 County”. A única menção à Irlanda é feita no sentido do território ilhéu, e não da República da Irlanda. Presumo isto ao contextualizar o uso no nome Irlanda dentro do tópico de número quatro onde é dito que a “política do Exército[IRA] é forçar a saída das forças britânicas de ocupação da Irlanda”, sendo que nos 26 condados, não tínhamos mais a presença de forças britânicas no período em que este manual foi escrito, estas se

⁵³ The Green Book in: DILLON, Martin. **The Dirty War**. London: Arrow, 1990. p.488

[Ordem Geral Nº 8

1 Voluntários estão estritamente proibidos de tomar qualquer ação militar contra as focas dos 26 condados sob quaisquer circunstâncias de qualquer forma. A importância dessa ordem nas presentes circunstâncias especialmente nas áreas de fronteira não deve deixar de ser ressaltada.

2 O mínimo de armas deve ser usado em treinamentos na área dos 26 condados. Em caso de incursão[batida policial, ou de qualquer outra autoridade vigente] todos os esforços devem ser feitos para manter as armas longe e em segurança. Em caso de falha, as armas devem ser deixadas inutilizadas e abandonadas.

3 O máximo de segurança e precauções deve ser tomado durante o treinamento. Batedores devem sempre ser posicionados para comunicar emergências. Voluntários presos durante o treinamento ou em posseção de armas irão argumentar que as armas eram somente para uso contra as forças Britânicas de ocupação. Esse argumento deve ser repetido em todo processo de julgamento subsequente.

4 A todo momento Voluntários devem ter claro que a política do Exército é para levar as forças Britânicas de ocupação para fora da Irlanda.]

encontravam apenas nos seis condados do norte, Irlanda do Norte. Portanto podemos perceber que o IRA, neste caso, ao mencionar Irlanda considera a totalidade do território da ilha e certamente aludindo ao desejo de união dos territórios.

Deixando de lado os meandros dessa ordem geral, de número oito, e percebendo-a no seu conjunto de tópicos, mais uma vez se tem uma prova do nacionalismo contido nesse manual e, novamente o nacionalismo do IRA foca-se na antítese ao inglês, como já ressaltado através das palavras de Declan Kiberd. A expulsão do dominador acaba se revelando um dos principais anseios do nacionalismo irlandês, ao menos no que tange o IRA. Deixam-se de lado as desavenças com o governo da República Irlandesa e, de certa forma, até mesmo com o governo Norte Irlandês, afirmando-se como o inimigo declarado a Inglaterra e suas forças de ocupação, o dominador estrangeiro.

Este último ponto acaba servindo mais como uma ilustração do que seriam as ordens gerais, posto que estas, como já dito antes, acabaram alteradas com o passar dos anos, e não faria sentido estudá-las no mesmo contexto deste *Green Book*. Espero, então, ter alcançado o objetivo de identificar os conteúdos nacionalistas neste primeiro manual. Através das associações dos principais conteúdos do manual, contendo os objetivos do *oglaigh na hEireann*, com as definições clássicas do nacionalismo.

2. “70’s”: Auto-afirmação e mergulho nos movimentos sociais

Dicen que Dios invento el *whiskey* para impedir que los Irlandeses gobernarán el mundo, pero, ¿quien invento Irlanda?
Declan Kiberd⁵⁴

Como já é sabido, os anos de 1960 e início de 1970 são marcados em todo o mundo por grandes movimentos pelos direitos civis. Como não poderia ser diferente, a Irlanda do Norte também passa por um momento de grande agitação social e luta por direitos dos cidadãos, posto que esta vivia um verdadeiro “*apartheid*” causado pelo sectarismo religioso entre cristão e protestantes. Os católicos, minoria da população, eram em sua maioria ligados aos movimentos republicano e nacionalista. Enquanto os protestantes, imensa maioria da população, estavam, em grande parte, satisfeitos com a forma de governo em que se encontravam sendo que muitos desses faziam parte do movimento unionista e tinham nos cristãos nacionalistas seus grandes inimigos. Não se sabe bem o motivo, se interesses em comum ou inimigos em comum, mas uma aliança entre os grupos que lutavam pelos direitos civis e o IRA começou a se mostrar evidente. Ao mesmo tempo temos um grande crescimento do movimento republicano nas áreas católicas desfavorecidas, que encontravam meio de expressão no recém surgido *Provisional Irish Republican Army*⁵⁵.

A repressão ao IRA⁵⁶, e aos movimentos sociais, se dava de maneira cada vez mais incisiva. Novamente inúmeras prisões estavam acontecendo. Perseguições a membros do IRA, delações e ameaças eram freqüentes. Qualquer suspeita de participação no Exército Republicano, ou em movimentos sociais de esquerda, era motivo para ser vítima de espionagem, interrogatórios e/ou prisão. O que demandava, mais uma vez, uma ação para conscientizar os voluntários de que deveriam permanecer ocultos. Com este intuito o *Green Book* reaparece, mas agora com uma nova versão. Juntamente com um amplo material de propaganda⁵⁷, esta nova versão do “manual de

⁵⁴ KIBERD, D. **La invención de Irlanda**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2006. p.5

⁵⁵ BEW, Paul. Et al. **Northern Ireland 1921/2001: Political Forces and Social Classes**. London: Serif, 2002. p.138

⁵⁶ No decorrer desse capítulo a sigla IRA será utilizada para identificar o Provisional Irish Republican Army.

⁵⁷ Ver anexo 2

bolso” do IRA surge com o objetivo claro de fazer com que os voluntários permaneçam nas sombras, e aumentem muito os cuidados quanto à sua participação no Exército. A partir de uma busca por cartazes da década de 1970 no site CAIN⁵⁸, é possível perceber que o foco da propaganda republicana nesse período era a precaução quanto à espionagem por parte das forças leais à Inglaterra, por este motivo a adoção de tal postura se fazia necessária.

“The most important thing is security. That means you:

DON'T TALK IN PUBLIC PLACES: YOU DON'T TELL YOUR FAMILY, FRIENDS, GIRLFRIENDS OR WORKMATES THAT YOU ARE A MEMBER OF THE I.R.A. DON'T EXPRESS VIEWS ABOUT MILITARY MATTERS, IN OTHER WORDS YOU SAY NOTHING to any person.”⁵⁹

E assim tem início o manual dos anos de 1970. Seguem mais recomendações sobre a postura dos voluntários: não serem vistos em marchas ou protesto; não serem vistos em companhia de conhecidos republicanos; além de serem alertados sobre o perigo de bebidas alcoólicas. “Volunteers are warned that drink-induced loose talk is the MOST POTENTIAL DANGER facing any organization, and in military organization it is SUICIDE.⁶⁰” O objetivo destes avisos estava claramente descrito no segundo parágrafo do manual onde é dito que a primeira obrigação seria se manter desconhecido para as forças inimigas e para o público como um todo. Percebe-se que um alto custo, no que diz respeito à vida pessoal dos voluntários, era exigido. O exército estava sendo colocado à frente de tudo, o anonimato necessário poderia causar grandes problemas e implicar em grandes sacrifícios, ainda mais quando levamos em conta o que diz o senso comum sobre a relação entre os irlandeses e o álcool. Mas esse ainda era um preço baixo quando se tratando de um grupo imbuído de sentimento nacionalista. A partir de uma leitura de Gellner, abordando seu princípio básico do nacionalismo, Hobsbawm infere que o dever político do nacionalista, “à instituição política que abrange e representa a nação [...] supera as outras obrigações públicas e, em casos extremos (como

⁵⁸ Conflict Archive on the Internet <http://cain.ulst.ac.uk/> (website com um grande acervo acerca do conflito na Irlanda)

⁵⁹ COOGAN, T. P. op. Cit. p. 546 [A coisa mais importante é segurança. Isso significa que você: NÃO FALA EM LOCAIS PÚBLICOS: VOCÊ NÃO CONTA PARA SUA FAMÍLIA, AMIGOS, NAMORADAS, OU COLEGAS DE TRABALHO QUE VOCÊ É UM MEMBRO DO I.R.A. NÃO EXPRESSA VISÕES SOBRE ASSUNTOS MILITARES, EM OUTRAS PALAVRAS VOCÊ NÃO FALA NADA para pessoa alguma.]

⁶⁰ Idem. [Voluntários são alertados de que conversa fiada induzida por bebida é o MAIOR PERIGO POTENCIAL encarado por qualquer organização, e em organizações militares isso é SUICÍDIO.]

guerras), todas as outras.⁶¹” Certamente era isso que se esperava de um voluntário quando este entrava para o corpo do Exército Republicano Irlandês, sendo o IRA um representante da nação almejada e imaginada por este. Para que tal associação de idéias seja feita a justificação política e moral das atividades do IRA é bastante ressaltada, dentro desse manual. Um parágrafo inteiro é dedicado a essa auto-afirmação:

The Irish Republican Army, as the legal representatives of the Irish people, are morally justified in carrying out a campaign of resistance against foreign occupation forces and domestic collaborators. All volunteers are and must feel morally justified in carrying out the dictates of the legal government; they as the Army are the legal and lawful Army of the Irish Republic which has been forced underground by overwhelming forces.⁶²

Mas de onde viria essa alardeada representação legal do povo que justificaria tal “campanha de resistência”? Essa questão parece ser respondida algumas páginas à frente, onde existe a afirmação de que a posição moral do IRA e seu engajamento no conflito, seria justificada por três pontos: (a) no direito de resistir à agressão estrangeira; (b) no direito de revolta contra tirania e opressão; (c) na sucessão direta e alinhada ao Governo Provisório de 1916, o Primeiro Dail⁶³ de 1919 e o segundo Dail de 1921⁶⁴. Segundo T. P. Coogan, existe uma declaração do segundo Dail, de 1921, que afirma que se acaso seu contingente fosse reduzido, por ações do inimigo, a um mínimo, os deputados restantes deveriam passar o poder para o exército. O que, segundo o manual, acontece no ano de 1939 quando sete deputados sobreviventes transferem as funções do Dail para o conselho do Exército. Ao contrário disso, Coogan afirma que essa transferência já havia ocorrido antes, em 1922, quando os signatários do tratado com a Inglaterra foram acusados de traição e o parlamento ficou reduzido, por conseguinte a minoria do parlamento foi reconhecida e o IRA acabou ficando com a custódia das funções do Dail.

A crença de que se luta por algo realmente justo e pela verdadeira representação política da sua “nação imaginada” parece ser realmente o que move os nacionalistas,

⁶¹ HOBBSAWM, E. op cit. p. 18 - 19

⁶² COOGAN. T.P. Idem. [O Exército republicano Irlandês, como representante legal do povo Irlandês, está moralmente justificado em levar a cabo uma campanha de resistência contra forças estrangeiras de ocupação e colaboradores domésticos. Todos os voluntários estão e devem sentir-se moralmente justificados em propagar os ditames do governo legal; eles assim como o Exército são o legal e legítimo Exército da República Irlandesa que tem sido forçado para os subterrâneos por forças esmagadoras.]

⁶³ Parlamento Irlandês http://en.wikipedia.org/wiki/Dáil_Éireann acessado em 19 de novembro de 2008 às 10:52

⁶⁴ Idem. p. 549

pois essa justificativa é recorrente em toda primeira parte do manual. Sendo este manual dividido em quatro seções, é possível afirmar que um quarto dele se destina à justificativa e afirmação do direito de se engajar na luta armada. Mas ressalvas quanto à intensidade com que o movimento penetra na vida do voluntário também são feitas. “O Exército como organização clama e espera sua total aliança sem reservas. Este entra em todos os aspectos da sua vida. Invade a privacidade da sua casa, vida, e fragmenta sua família [...]”⁶⁵. Deste modo, o que é colocado por Hobsbawm sobre a comoção causada pelo nacionalismo se faz presente de forma plena nesse manual. Quando ocorre a total entrega do voluntário, colocando o dever político para com essa instituição, que se diz e é aceita por esse como representante da nação almejada, a frente de todos os outros deveres, sejam eles políticos ou não.

Ao mesmo tempo que incita a participação dos voluntário e utiliza a comoção, através do discurso de legitimidade, o manual ressalta que o engajamento no exército não deve se dar por motivo emocional ou aventura, além de lembrar o fato de que não será encontrado romance neste movimento. Essa ressalva é feita logo após a explanação de até onde a organização invadiria a vida do voluntário.

2.1 História e Cultura: inventando uma tradição

“Os historiadores estão para o nacionalismo como os plantadores de papoula do Paquistão para os viciados em Heroína: fornecemos a matéria-prima essencial ao mercado.”⁶⁶ Após essa comparação feita por Hobsbawm fica fácil entender porque menções de “The Irish History”⁶⁷ de Edmund Curtis, escrita em 1922, são utilizadas dentre as justificativas para a “resistência” do IRA. A ênfase é dada aos mais de 800 anos de dominação inglesa no território e ao reconhecimento, por Curtis, da Irlanda como sendo a única terra além dos Alpes a produzir uma vasta literatura em língua própria, irlandês, por volta do ano 800AD. Segundo o manual, Curtis ainda fala sobre assimilação dos invasores escandinavos pela civilização “que era uma luz brilhante por toda Europa”⁶⁸, até a invasão normanda em 1169, que resultou em um “implacável e

⁶⁵ Idem. p. 546 “The Army as an organization claims and expects your total allegiance without reservation. It enters into every aspect of your life. It invades the privacy of your home, life, it fragments your family [...]”

⁶⁶ HOBBSAWM, E. Etnia e Nacionalismo na Europa de Hoje. In: BALAKRISHNAN G. (org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271

⁶⁷ CURTIS, Edmund. op. cit.

⁶⁸ COOGAN, T. P. op cit. p.547

incessante conflito⁶⁹” que se prolongaria até os dias atuais. Desta forma o conflito em que o IRA estava engajado era tratado como se remontasse à resistência contra a invasão normanda de 1169 de uma forma contínua. Não se pode afirmar, lendo apenas o manual, que Curtis realmente tenha sugerido que a resistência à invasão normanda tenha se prolongado, continuamente, até os tempos de sua obra. A citação feita no manual aparece de forma vaga e, fica difícil distinguir entre o que é atribuído a Curtis e os comentários de quem escreve tal manual. Mesmo após uma leitura do capítulo da “História da Irlanda”, de Curtis, onde a invasão normanda é abordada, nenhuma afirmação a respeito de uma continuidade da resistência foi mencionada. Desta maneira Eric Hobsbawm se mostra mais uma vez bastante útil para nossa compreensão do que se passa em tal situação. Segundo esse autor a história que os nacionalistas querem não é a história que os historiadores têm que oferecer, e ainda acrescenta que nem mesmo os que estão ideologicamente comprometidos a teriam. Para este, a história que os nacionalistas buscam é “uma mitologia retrospectiva⁷⁰.” De certa forma, essa idéia expressada por Hobsbawm vem ao encontro das impressões de Gellner acerca do mesmo tema, quando este afirma que “[...]o nacionalismo utiliza a proliferação de culturas ou a riqueza cultural preexistente, herdadas historicamente, embora o faça selectivamente e muito frequentemente as transforme de forma radical.⁷¹” Assim para este autor “os remendos e retalhos culturais utilizados pelo nacionalismo são muitas vezes invenções históricas arbitrárias.⁷²” Parece ser essa “invenção”, “mitologia retrospectiva” ou quem sabe a própria imaginação, fazendo uso do conceito de Benedict Anderson, o recurso utilizado nesse manual, a partir da menção à Edmund Curtis. Um “resgate” maciço das “tradições” revolucionárias, e resistentes, da Irlanda começa a ser feito ao mesmo tempo em que se inicia uma tentativa de inserir esta em um contexto de exploração por parte do capitalismo britânico, sempre utilizando a “história”. A intenção aqui não é fazer nenhum juízo de valor sobre o conteúdo “histórico” escolhido pelo IRA para dar embasamento ao seu manual, a veracidade, ou não, de tais fatos não influência de forma alguma nos objetivos deste trabalho. O objetivo aqui é evidenciar que escolhas foram feitas para tal embasamento histórico e que tais escolhas vão ao encontro do que nossos teóricos do nacionalismo evidenciam como prática recorrente

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ COOGAN, T. P. Idem.

⁷¹ GELLNER, E. op. Cit. p.89

⁷² Idem

entre grupos nacionalistas. Sendo assim temos mais um ponto do nacionalismo em que esse manual se encaixa.

2.2 O mergulho nos movimentos sociais

Dentro desse embasamento buscado através da “história”, o manual nos apresenta algo que surge como um forte indício da guinada para os movimentos sociais de direitos civis, mencionada por Richard English e citada na introdução desse trabalho. Seguindo no texto explicações acerca da exploração econômica da Irlanda, pela Inglaterra, são feitas a ponto de colocarem a Irlanda em pé de igualdade com os países de terceiro mundo, e dessa forma, segundo o manual a única maneira de escapar de tal condição seria através de uma república socialista, proposta essa já feita no manual anterior. Grandes empresas, setores como mineração e pesca além da mídia, são colocados como os grandes vilões, é claro que todos estariam ligados à dominação inglesa, esta sim fonte de todos os males. Existem visões diferentes de autores que estudam o período. Talvez pelo aporte escolhido por cada um, talvez pelo tipo de documentação analisada, mas ao ler as análises de Paul Bew, em seu “Northern Ireland 1921/2001”, essa agitação dos movimentos sociais não se mostra tão presente, ao contrário de Richard English, que tendo como foco o surgimento dos *provisionals*, destaca tais movimentos pelos direitos civis como sendo de grande atuação a partir do final da década de 1960. Bew que se atém a dados conclusivos, estatísticos, como o grande crescimento de empregos para os católicos, nem ao menos menciona a NICRA, tida por English, juntamente com a Wolfe Tone Societies como estreitamente ligadas ao PIRA e atuantes no período em que supostamente nosso material análise surgiu. Bew faz incessantes menções à influência do Partido Trabalhista da Irlanda do Norte (INLP) e do Social Democratic and Labour Party (SDLP) como estando estreitamente ligado aos interesses católicos, enquanto English liga os católicos aos movimentos pelos direitos civis. Este chega a sugerir que a associação entre os dois possa ter transformado, pelas demandas a favor dos católicos, a campanha pelos direitos civis de um movimento desvinculado de sectarismo no centro da luta sectária⁷³. O mais estranho de isso tudo está no *Green Book*, onde o SDLP é tratado como colaboracionista, e por isso colocado no hall de inimigos, o mesmo SDLP apontado por Bew como

⁷³ ENGLISH, R. op. cit. p.93

institucionalização política católica⁷⁴. Segundo o manual este partido estaria representado em *Westminster* e haveria se posicionado a favor do tratamento de prisioneiros do IRA como prisioneiros comuns, e não como prisioneiros de guerra, quando essa se mostrava como uma das grandes causas dos *provisionals*. Talvez isso possa ser esclarecido com a teoria de Richard Jenkins sobre o pluralismo que envolve o nacionalismo na Irlanda. Jenkins afirma não existir apenas um nacionalismo irlandês e aponta ao menos duas tradições políticas nacionalistas para a Irlanda do Norte. Estas seriam um nacionalismo republicano, representado pelo Sinn Féin, aliado ao IRA, e um nacionalismo constitucional, primeiramente apoiado no Partido Nacionalista, até 1969, e subsequentemente no SDLP⁷⁵.

Uma das observações que constam juntamente com o apontamento dos causadores das mazelas sociais e demais injustiças ocorridas na Irlanda do Norte diz respeito à “injustiça de ser um indivíduo politicamente impotente.”⁷⁶ Isso parte da não identificação com o poder político vigente, mais uma das insatisfações causadoras do nacionalismo que fazem parte dos modelos de Hobsbawm e Gellner já mencionados. Creio que seja pertinente mencionar o fato das atividades do parlamento da Irlanda do Norte, *Stormont*, terem sido interrompidas e todas as decisões estarem vindo diretamente de Londres, *Westminster*. Esta atitude segundo Robert W. White, foi tomada por Londres devido à grande atividade do IRA em 1972, forçando o governo inglês a negociar um cessar-fogo⁷⁷. White também ressalta o momento de privação econômica da Irlanda do Norte, para este, o causador da discriminação nos empregos. Ao lado da impotência política o desemprego, a pobreza, a injustiça na exploração do trabalho e a repressão do Estado, constam como evidências do imperialismo econômico que seria perceptível em cada rua da Irlanda, segundo o nosso manual.

Essas também eram as bandeiras levantadas pelos movimentos de direitos civis e certamente levantar tais bandeiras em um momento de crise, parece ser uma excelente maneira de atingir a comoção necessária para a adesão ao movimento nacionalista. Mais uma vez tais justificativas estavam postas para que o voluntário sentisse-se fazendo

⁷⁴ BEW, Paul. op. cit. p.138

⁷⁵ JENKINS, R. Nations and nationalisms: towards more open models. In: **Nations and Nationalism**, Sheffield, v.1, n.3, p. 369-390, 1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1354-5078.1995.00369.x> Acesso em 19 set. 2008.

⁷⁶ COOGAN, T. P. op. cit. p.550 “The injustice of being as an individual politically impotent[...]

⁷⁷ WHITE, R. W. From Peaceful Protest to Guerrilla War: Micromobilization of the Provisional Irish Republican Army. In: **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, n. 6, mai. 1989, p. 1277 - 1302. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2780960> Acessado em 27 jun. 2008.

parte de uma luta justa, que viria para um bem maior, alcançar a “republica socialista”, sua nação imaginada.

2.3 O idioma nacional

Mais uma vez o ressuscitamento do idioma Irlandês aparece como um dos objetivos do IRA. Diferentemente do outro *Green Book*, desta vez o manual é bastante claro no porquê de reavivar o idioma nativo da Irlanda. Além de recuperar a cultura irlandesa, essa língua serviria como uma barreira contra a invasão imperialista no novo “Estado Socialista Irlandês⁷⁸”, almejado pelo movimento. É preciso ressaltar que esse objetivo certamente visava atingir a Irlanda do Norte, sendo que seus vizinhos do sul já tinham o irlandês como língua oficial, juntamente com o Inglês. Mesmo essa língua se tornando oficial o problema seria a modernização da mesma, processo que começou no início do século com a Liga Gaélica, mas que segundo Hobsbawm ainda passava por problemas sendo que para esse os responsáveis por ensiná-la mal haviam começado a aprendê-la⁷⁹. Mas as dificuldades em executar objetivos, do manual, não estão, mais uma vez, no nosso objeto de análise e sim o valor de tais objetivos dentro do nacionalismo, e disso o processo de construção de uma língua está cheio. É certo que não temos literalmente um processo de construção, mas sim de modernização e preservação de tal idioma que persiste durante os anos de 1970 e posso dizer que até hoje⁸⁰. Mesmo assim, para Hobsbawm, é evidente o elemento político-ideológico em tais processos, ainda mais quando seu significado simbólico passa a prevalecer sob seu uso real, o que parece acontecer no caso do irlandês. Esse significado simbólico poderia estar bem exemplificado no uso de palavras em irlandês para denominar instâncias do governo, órgãos públicos e outras instituições de grande alcance, como a polícia irlandesa, *garda*, e o parlamento, *Dáil*, e até mesmo o exército – que coincidentemente comunga do mesmo nome do IRA –, *Oglaigh na hEireann*. Curiosamente esse nome não é nenhuma vez mencionado no novo manual, assim como a única expressão em Irlandês utilizada é a palavra *Dáil*, referindo-se ao parlamento irlandês. Mas o porquê dessa ausência é uma questão que até o presente momento se apresenta insolúvel.

⁷⁸ COOGAN, T. P. op. cit. p.550

⁷⁹ HOBSBAWM, E. op. cit, 1990 p. 134

⁸⁰ <http://www.gaeilge.ie/foras/default.asp?catid=13> Acessado em 19 nov. 2008

2.4 O propósito final

Após esse conteúdo de alto valor de comoção o manual inicia a abordagem de questões mais específicas, tendo todo um “capítulo”, se é que se pode chamar assim, que se propõe a preparar o voluntário com “técnicas” anti-interrogatório. Dentro deste são descritos todos os passos do interrogatório e o que se espera do voluntário nesse momento. Vários reforços às justificativas são apresentados, certamente a fim de convencer ainda mais o novo membro de que ele estava lutando por uma causa justa, sendo que muitos destes reforços fazem afirmações como “você está certo, o inimigo está errado[...] você não deve sentir vergonha de ter sido capturado.”⁸¹ As descrições do processo de prisão e tortura são bastante detalhadas, mas ao introduzir esse tema Coogan afirma que o *Green Book* subestima o processo de tortura a que os membros do IRA são submetidos. Ainda assim as humilhações físicas e psicológicas são inúmeras, deixando claro para o voluntário o nível de comprometimento exigido pela causa nacionalista.

Um aspecto que chama bastante a atenção é a formatação da parte final desse manual. Ao descrever os procedimentos da prisão, tortura e comportamento esperado do voluntário, após, até mesmo sugerir técnicas de yoga para resistir ao sofrimento, uma seqüência de palavras destacadas – em caixa alta – no parágrafo final parecem atingir o leitor em cheio:

The best protection while being interrogated is LOYALTY to the Movement. This implies LOYALTY to all YOUR COMRADES and PROTECTION of all members of the Movement. Again commitment to the aims and objectives of the Movement, a deep and unmoving POLITICAL COMMITMENT to the ideas of Socialist Republic, CONSTANT AWARENESS that you are a REVOLUTIONARY with a sound POLITICAL base, NOBLE, JUSTIFIABLE CAUSE, and a deep and firm belief that those holding you and interrogating you are MORALLY WRONG, that you are SUPERIOR in all respects, because your cause is RIGHT and JUSTIFIED.⁸²

⁸¹ COOGAN, T. P. op. cit. p.556

⁸² COOGAN, T. P. op. cit. p.570 – 571[A melhor proteção quando sob interrogatório é LEALDADE ao Movimento. Isso implica LEALDADE para todos SEUS CAMARADAS e PROTEÇÃO de todos os membros do Movimento. Outra vez comprometimento às metas e objetivos do Movimento, um profundo e imutável COMPROMETIMENTO POLÍTICO às idéias da República Socialista, ATENÇÃO CONSTANTE de que você é um REVOLUCIONÁRIO com uma sonante base POLÍTICA, NOBRE, CAUSA JUSTIFICADA, e uma profunda e firme crença de que os que estão te prendendo e interrogando estão MORALMENTE ERRADOS, que você é SUPERIOR em todos os aspectos, porque sua causa é CERTA e JUSTIFICADA.]

A impressão que se tem aqui é que as palavras em destaque deveriam ressoar na mente do leitor, fazendo-o assimilar o propósito do manual que é de claramente prepara-lo para estar frente ao inimigo quando preso, interrogado ou julgado. O voluntário deveria verdadeiramente acreditar no que ali estava escrito. O que demonstra mais uma vez o nível de comprometimento exigido pelo nacionalismo, bem expressado por Hobsbawm e já citado aqui anteriormente.

Conclusão:

Como pudemos perceber os meios que movem o nacionalismo não necessariamente precisam ser os mesmos, tratando-se de dois grupos distintos, nem mesmo precisam o ser em um mesmo grupo, tratando-se de períodos distintos. Essa faceta do conceito de nacionalismo talvez seja o que mais fascina e atrai para o estudo de tal tema, a diversidade de formas com que esse se apresenta. É incontestável que o objetivo final do nacionalismo seja o estabelecimento da nação, e muito provavelmente, para estes, ela esteja dentro dos padrões apontados por Gellner, como representação das unidades política e nacional, e por Anderson, uma comunidade política imaginada – intrinsecamente limitada e soberana. Mas certamente em uma breve análise dos manuais do IRA é possível perceber as formas distintas como esse objetivo final se apresenta e os diferentes meios de alcançá-lo.

Uma das primeiras diferenças, a serem notadas, entre os dois manuais está na forma em que eles são escritos. Enquanto o primeiro se estrutura praticamente todo em tópicos e sub-tópicos o segundo faz uso de um texto contínuo. A objetividade do primeiro manual chama muito a atenção e ao compará-lo com o segundo essa objetividade acaba aparecendo mais ainda. Talvez por esse caráter mais técnico e objetivo esse primeiro manual não entre no campo da auto-afirmação através das justificativas, algo a que o nosso manual dispensa muitas linhas.

A utilização da história pelos dois manuais também se dá de forma bastante distinta. O primeiro manual não chega a dispensar muitas linhas a períodos muito recuados apenas cita a proclamação de 1916 como um modelo. Certamente que isso é uma forma de afirmação através da história, e utilização de um episódio que faz parte do imaginário Irlandês, mas nem se compara a massiva utilização feita pelo segundo manual. Quando se entra neste manual logo se percebe a imensa importância que o passado assume para o movimento. Não apenas fatos que envolvem o passado do IRA ou de movimentos que deram, de certa forma, origem para este – como *easter rising* – são ressaltados, mas o apelo a tempos imemoriais. Chega-se a estabelecer uma relação de continuidade desde o início do jugo normando até a luta em que o Exército Republicano Irlandês estava então engajado, buscando uma suposta tradição revolucionária do povo irlandês, que estaria baseada na resistência à essa exploração

contínua. Como é dito por Hobsbawm, “o que faz uma nação é o passado⁸³”, e, sem dúvida alguma, o que esse grupo almeja é uma nação, então nada mais lógico que resgatar um passado.

Quanto ao idioma nacional, os dois manuais almejam seu resgate e apóiam o ressurgimento do Irlandês. A diferença está nos objetivos para ressuscitar tal idioma. Enquanto o primeiro manual coloca o ressurgimento da língua – para ser uma língua de uso diário – como um de seus objetivos e declara total apoio à organizações que lutarem pelo mesmo objetivo. O segundo manual apresenta o ressurgimento da língua como um apoio cultural e uma ferramenta para bloquear o avanço do imperialismo estrangeiro. A diferença está no valor prático esperado desse idioma, enquanto o manual de 1956 almeja este como a língua do dia-a-dia, o manual mais novo a aponta como um resgate cultural, ou um apoio cultural, o que aparentemente tira o valor prático da língua, mesmo que dentre os objetivos esteja a utilização dessa como uma barreira ao imperialismo, sendo que o resgate da cultura como um todo pode estar sendo visto como essa barreira que bloquearia o “avanço inimigo”. De qualquer forma a importância do idioma nacional tão discutido entre os teóricos da questão nacional está presente em ambos os manuais. Se contextualizarmos a questão com o que é colocado por Kiberd⁸⁴, acerca da situação desse idioma no início do século e mesmo o que diz Hobsbawm⁸⁵ acerca do mesmo, podemos perceber que a construção da língua estava realmente acontecendo, e que um processo de correção e modernização desta seria necessário para atingir o objetivo do primeiro manual de que esta se tornasse uma língua do dia-a-dia.

A aplicabilidade dos modelos acaba se mostrando um meio muito mais palpável de se entender o nacionalismo e conseqüentemente seu objeto de desejo, a nação. A busca por exemplos mais próximos torna a teoria algo mais real e facilita a sua compreensão. A variabilidade do nacionalismo e sua capacidade de adaptação que tornavam-no, de certa forma, algo não tão nítido, após a aplicação em um modelo real acabam tomando um formato bastante visível e até mesmo a metáfora extraterrestre de Hobsbawm⁸⁶ acaba fazendo mais sentido, quando se entende toda a abstração necessária para se imaginar a nação e entender o nacionalismo que a move. A nação não é formada apenas de um estado territorial sob uma unidade política. Ela necessita que o

⁸³ HOBSBAWM, E. op. cit. 2000. p. 271

⁸⁴ KIBERD, D. op. cit. p.7

⁸⁵ HOBSBAWM, E. op. cit. 1990. p. 134

⁸⁶ HOBSBAWM, E. op. cit. 1990. p. 11

povo se sinta representado por esse estado territorial e por essa unidade política e que isso represente a unidade nacional. Para que tal nação exista realmente o cidadão ao realizar o exercício de imaginação, deve enxergar a sua própria nação, nesse ponto a nação está formada e esse devidamente representado nela. Mas esse exercício de imaginação não deve ser feito apenas por um cidadão, e sim pela maioria dos que vivem dentro desse território e sob o governo dessa unidade política, pois para cada um que não visualizar esses dois em seu exercício de imaginação essa nação não existirá, ao menos para esse indivíduo. Esse exercício de identificação serviria para mostrar o quão necessário é a identificação do indivíduo com a sua nação e a assim expressar a vontade de estarem unidos politicamente por compartilharem a mesma, segundo Gellner⁸⁷, cultura, mas porque não, visão de nação?

Ao final deste trabalho fica a percepção de que existe a necessidade de um entrosamento entre as teorias da nação e do nacionalismo para se compreender um e outro. Tanto Hobsbawm quanto Gellner ou Anderson partem da análise do nacionalismo para desenhar o que seria uma nação e é isso que se tentou fazer aqui. Uma breve análise das idéias do nacionalismo contidas nos manuais de um grupo que almeja construir uma nação. Esta nação teria um idioma próprio, o Irlandês, como elemento de coesão nacional. Seus cidadãos gozariam de liberdade política, religiosa, e direitos iguais sob a República Socialista Irlandesa. A soberania e unidade da República estaria representada na união territorial de toda a ilha, os trinta e dois condados. E seus cidadãos sentir-se-iam politicamente representados através de um parlamento, o *Dáil*.

⁸⁷ GELLNER, E. op. Cit. p. 88

Bibliografia:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BALAKRISHNAN, Gopal.(org.) **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BEW, Paul. Et al. **Northern Ireland 1921/2001: Political Forces and Social Classes**. London: Serif, 2002.

COOGAN, Tim Pat. **The Ira**. New York: Palgrave, 2002.

DILLON, Martin. **The Dirty War**. London: Arrow, 1990.

ENGLISH, Richard. **Armed Struggle: The history of the IRA**. New York: Oxford, 2003.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993

HOBBSBAWM. Eric, J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JENKINS, R. Nations and nationalisms: towards more open models. In: **Nations and Nationalism**, Sheffield, v.1, n.3, p. 369-390, 1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1354-5078.1995.00369.x> Acesso em 19 set. 2008.

KIBERD, Declan. **La invención de Irlanda**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2006.

STANBRIDGE, Karen, Nationalism, international factors and the 'Irish question' in the era of the First World War. **Nations and Nationalism**, Sheffield, v.11, n.1, p. 21-42, 2005.

TOVEY, Hilary. The state and the Irish language: the role of Bord na Gaeilge, **International Journal of the Sociology of Language** vol. 70, 1988

WHITE, R. W. From Peaceful Protest to Guerrilla War: Micromobilization of the Provisional Irish Republican Army. In: **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, n. 6, mai. 1989, p. 1277 -1302. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2780960> Acessado em 27 jun. 2008.

POBLACHT NA H EIREANN.
THE PROVISIONAL GOVERNMENT
OF THE
IRISH REPUBLIC
TO THE PEOPLE OF IRELAND.

IRISHMEN AND IRISHWOMEN In the name of God and of the dead generations from which she receives her old tradition of nationhood, Ireland, through us, summons her children to her flag and strikes for her freedom.

Having organised and trained her manhood through her secret revolutionary organisation, the Irish Republican Brotherhood, and through her open military organisations, the Irish Volunteers and the Irish Citizen Army, having patiently perfected her discipline, having resolutely waited for the right moment to reveal itself, she now seizes that moment, and, supported by her exiled children in America and by gallant allies in Europe, but relying in the first on her own strength, she strikes in full confidence of victory.

We declare the right of the people of Ireland to the ownership of Ireland, and to the unfettered control of Irish destinies, to be sovereign and indefeasible. The long usurpation of that right by a foreign people and government has not extinguished the right, nor can it ever be extinguished except by the destruction of the Irish people. In every generation the Irish people have asserted their right to national freedom and sovereignty, six times during the past three hundred years they have asserted it in arms. Standing on that fundamental right and again asserting it in arms in the face of the world, we hereby proclaim the Irish Republic as a Sovereign Independent State, and we pledge our lives and the lives of our comrades-in-arms to the cause of its freedom, of its welfare, and of its exaltation among the nations.

The Irish Republic is entitled to, and hereby claims, the allegiance of every Irishman and Irishwoman. The Republic guarantees religious and civil liberty, equal rights and equal opportunities to all its citizens, and declares its resolve to pursue the happiness and prosperity of the whole nation and of all its parts, cherishing all the children of the nation equally, and oblivious of the differences carefully fostered by an alien government, which have divided a minority from the majority in the past.

Until our arms have brought the opportune moment for the establishment of a permanent National Government, representative of the whole people of Ireland and elected by the suffrages of all her men and women, the Provisional Government, hereby constituted, will administer the civil and military affairs of the Republic in trust for the people.

We place the cause of the Irish Republic under the protection of the Most High God, Whose blessing we invoke upon our arms, and we pray that no one who serves that cause will dishonour it by cowardice, inhumanity, or rapine. In this supreme hour the Irish nation must, by its valour and discipline and by the readiness of its children to sacrifice themselves for the common good, prove itself worthy of the august destiny to which it is called.

Signed on Behalf of the Provisional Government,

THOMAS J. CLARKE,

SEAN Mac DIARMADA, THOMAS MacDONAGH,

P. H. PEARSE, EAMONN CEANNT,

JAMES CONNOLLY, JOSEPH PLUNKETT.

ANEXO 2

Exemplo de cartaz da campanha de conscientização aplicada pelo IRA a fim de diminuir a perseguição aos membros, habitantes de área de maioria republicana.

Dados da imagem:

Título: Loose Talk

Data: 1970s (?)

Produzido por: Movimento Republicano

Texto inicial da imagem: 'Loose Talk Costs Lives'

Descrição: Cartaz Republicano em auxílio ao (Provisional)

Irish Republican Army (IRA). O Cartaz avisa as pessoas que vivem em áreas republicanas de que suas conversas podem estar sendo monitoradas por forças de segurança. Enquanto, não necessariamente seja a intenção, há, também, implícita uma ameaça do que pode acontecer com quem não se preocupar com esse aviso.

Fonte: <http://cain.ulst.ac.uk/images/posters/ira/index.html> acessado em 16 de novembro de 2008

[Texto: Conversa fiada custa vidas. Em táxis, ao telefone, em clubes e bares, em partidas de futebol, em casa com amigos, qualquer lugar! O que disser— diga nada.]

